

TRADUÇÕES

SOBRE FOUCAULT E O URBANISMO BRASILEIRO: UMA GENEALOGIA DO PLANEJAMENTO URBANO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO (C. 1850-1945)

Joel Outtes*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Urbanismo, Porto Alegre, RS, Brasil

OUTTES, J. On Foucault and Brazilian Urbanism: A Genealogy of City Planning in Rio de Janeiro and São Paulo (c. 1850s-1945), *Planning Perspectives*, v. 36, n. 6, p. 1103-1121, 2021. DOI: 10.1080/02665433.2021.1899848.

Resumo

Este artigo identifica e discute algumas ideias do filósofo francês Michel Foucault e as aplica à história do urbanismo brasileiro. Sustenta-se e mostra que o quadro teórico desenvolvido em seu trabalho proporciona um olhar útil para a compreensão do discurso sobre o urbanismo no Brasil. São postos em discussão conceitos criados por Foucault, como disciplina e biopoder, aplicando-os à história do urbanismo, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também abordando Recife em alguns momentos, por meio da análise de episódios de intervenções em cidades brasileiras.

Palavras-chave

Espaço Urbano; História da Cidade; História do Urbanismo, Imagens e Representações da Cidade; Planejamento Urbano; Rio de Janeiro; São Paulo.

» Uma primeira versão deste artigo foi publicada em inglês como título “On Foucault and Brazilian Urbanism: A Genealogy of City Planning in Rio de Janeiro and São Paulo (c. 1850s-1945)”, *Planning Perspectives*, 36, 6, p. 1103-1121, 2021. Aceito em 2 de março de 2021, publicado *on-line* em 18 de março de 2021, e publicado na revista em 12 de dezembro de 2021. ISSN 0266-5433 (*print* [papel]), 1466-4518 (*on-line*). DOI: 10.1080/02665433.2021.1899848, <https://www.tandfonline.com/eprint/QN9BE6JF5U4MSZSJYBKW/full?target=10.1080/02665433.2021.1899848>. Tal versão foi agraciada com uma menção honrosa na categoria melhor artigo em periódico no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Arquitetura, realizado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos (SP), em novembro de 2022. Uma versão mais concisa deste artigo, com cerca de 75% do tamanho e número de palavras, foi publicada em português com o título “Sobre Foucault e o urbanismo brasileiro: Uma genealogia do planejamento (1850s-1945)”, *Estudos Avançados: Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, 37, 109, p. 327-343. Submetido em 3 de julho de 2022, aceito em 1º de fevereiro de 2023, e publicado em 23 de outubro de 2023. ISSN 0103-4014 (*print* [papel]), 1806-9592 (*on-line*), DOI: 10.1590/s0103-4014.2023.37109.019, <https://www.scielo.br/j/ea/a/YZbJ7HFqKWGGCSqpWmTjFFt/?lang=pt>, <https://www.scielo.br/j/ea/a/YZbJ7HFqKWGGCSqpWmTjFFt/?format=pdf&lang=pt>. A presente versão em português é uma tradução do artigo mais completo e, portanto, difere da anterior.

TRANSLATIONS

ON FOUCAULT AND BRAZILIAN URBANISM: A GENEALOGY OF CITY PLANNING IN RIO DE JANEIRO AND SÃO PAULO (C. 1850s-1945)

Joel Outtes*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Urbanismo, Porto Alegre, RS, Brazil

OUTTES, J. On Foucault and Brazilian Urbanism: A Genealogy of City Planning in Rio de Janeiro and São Paulo (c. 1850s-1945), *Planning Perspectives*, v. 36, n. 6, p. 1103-1121, 2021. DOI: 10.1080/02665433.2021.1899848.

Abstract

This article identifies and discusses some of the ideas of Michel Foucault and applies them to the history of Brazilian city planning. It is argued and shown that the theoretical framework developed in his work provides an useful insight for the understanding of the discourse on city planning in Brazil. I discuss concepts created by Foucault such as discipline and bio-power applying them to the planning history of mainly Rio de Janeiro and São Paulo, but also providing insights on Recife, analysing episodes of interventions in Brazilian cities.

Keywords

Urban Space; Urban History; Planning History; Images and Representations of the City; Urban Planning; Rio de Janeiro; São Paulo.

SOBRE FOUCAULT E O URBANISMO BRASILEIRO: UMA GENEALOGIA DO PLANEJAMENTO URBANO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO (C. 1850-1945)

Joel Outtes

Introdução

Os pesquisadores que aplicaram as ideias do filósofo francês Michel Foucault para estudar a história do urbanismo o fizeram para analisar pelo menos dois momentos históricos. O primeiro foi o movimento para a melhoria moral no século XIX, frequentemente considerado um predecessor de uma continuidade histórica que teve o nascimento do urbanismo tanto quanto seu fim como seu ápice. O outro é a gênese do urbanismo ela mesma no começo do século XX (Boyer, 1983). As duas análises partem das ideias de Foucault sobre disciplina desenvolvidas em trabalhos como *Surveiller et punir (Vigiar e punir)* (Foucault, 1975), que foca o nascimento das prisões, e ambas creem que a sociedade, em seu desenvolvimento histórico, chega a um estágio no qual ela é considerada caótica e desorganizada por certo grupo social, assim se iniciando um movimento pelo seu disciplinamento, ordem e organização.

Cabe enfatizar que a maioria das intervenções descritas neste artigo podem ser relacionadas com o conceito foucaultiano de biopoder de uma maneira muito interessante. O biopoder é um conceito de poder relacionado a restrições concretas sobre o corpo humano, como movimento, liberdade de ir e vir, saúde, juventude, idade e sexualidade. O conceito em questão explica, pelo menos parcialmente, o interesse de Foucault por temas como as prisões. Essa ideia poderia apenas ser verificada, observada e medida em prisões, hospitais, asilos e casas de trabalho (*workhouses*). Por outro lado, sua utilização apenas na análise de relações dentro de instituições desse tipo mostra a fraqueza ou a limitação dessa noção. A questão que permanece não respondida é até que ponto ou não, ou em que medida, essa abordagem pode ser utilizada para a análise do urbanismo.

As decisões de urbanismo têm impacto direto sobre o corpo humano. Proibir certas áreas para certas atividades, por exemplo, é uma limitação à liberdade de movimento. Alguém pode dizer que uma decisão como essa pode ser vista como um nível infinitesimalmente pequeno de restrição sobre o corpo. Em outras palavras, decisões de zoneamento, como o uso restrito de algumas áreas, a proibição de estacionamento em certas ruas, a determinação de partes de um *waterfront* (retroporto, frente marítima ou ribeirinha) apenas para a descarga de fretes de barcos e navios em lugar de áreas para natação, afetam a liberdade individual. Se a prisão é o lugar onde a liberdade é completamente suprimida, uma zona restritiva é o lugar no qual a liberdade é, em alguns momentos, diminuída.

Para Foucault, se o poder fosse meramente repressivo, dizer não o tempo todo não faria com que ele fosse obedecido. Segundo o filósofo francês, o que mantém o poder e o faz aceitável é o fato de que ele produz coisas, induz prazeres, formata saberes e produz discursos. Mais do que uma instância negativa que funciona como repressão, ele deve ser considerado como uma rede produtiva que cruza todo o corpo social. De acordo com Foucault, o custo de reprimir é mais caro e menos eficiente do que o de implementar tecnologias para induzir comportamentos. Apesar de ele não ter apresentado nenhuma evidência estatística disso, motivo de críticas contemporâneas por parte de historiadores¹, algumas sugestões deixadas podem ser aplicadas ao urbanismo.

A implementação do urbanismo pode ser vista como uma forma aceitável de poder que produz coisas e formata saberes. Podemos estar certos de que ela formata saberes. O conjunto inteiro de textos e técnicas do urbanismo prova isso. Para ser aceitável e nem sempre visto repressivamente, ele tinha de ser positivo ao menos em alguns de seus aspectos. O urbanismo pode ser positivo: garantindo certa ordem na cidade, facilitando a circulação do sistema de transporte, racionalizando o uso de algumas áreas e prevenindo a fumaça venenosa das fábricas de chegar até as áreas residenciais. Claro, a questão de seu efeito positivo para todos

1. Para uma crítica do trabalho de Foucault por historiadores, ver Poster (1982); Noiriel (1994); e Léonard (1980). Para uma discussão de Foucault com os historiadores franceses, ver Foucault, "Table ronde" (Perrot, 1980). Para uma defesa brilhante da crítica de Léonard, ver Foucault, "La Poussière et le nuage" (Perrot, 1980). POSTER, M. "Foucault and History". *Social Research*, 49, p. 116-142, 1982. NOIRIEL, G. "Foucault and History: The Lessons of a Disillusion". *Journal of Modern History*, 66, p. 547-568, 1994. LÉONARD, J. L'Historien et le philosophe: à propos de Surveiller et Punir; naissance de la prison. In: PERROT, M. (ed.). *L'Impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1980. p. 9-28. FOUCAULT, M. Table ronde du 20 mai 1978. In: PERROT, M. (ed.). *L'Impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1980. p. 40-58. FOUCAULT, M. La Poussière et le nuage. In: PERROT, M. (ed.). *L'Impossible prison: Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1980. p. 29-39.

pode sempre ser levantada, uma vez que algumas decisões de zoneamento podem fomentar a segregação socioespacial.

O significado da destruição de cortiços, como o Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro², por exemplo, foi o de que o corpo daqueles que viviam nesse lugar não permaneceriam mais ali – uma boa ilustração de que a extinção de cortiços pode ser uma forma de biopoder. O Congresso de Engenharia e Indústria, por exemplo, organizado em 1900 pelo Club de Engenharia do Rio de Janeiro, discutiu a largura de ruas, a altura de edificações, sistemas de saneamento, a divisão da cidade em zonas, a demolição de morros, a criação de um Código Geral de Posturas, a proposição de um *plano regulador* e a abertura de ruas e avenidas. Como todos esses temas têm efeito sobre os corpos, restringindo a liberdade de ir e vir, eles podem ser abordados por meio do conceito de biopoder de Foucault.

A proposição de tipos específicos de largura de ruas, a abertura de ruas em um lugar e não em outro, assim como a decisão de proibir edificações com certa altura, permitindo outros tipos de construção, são maneiras de colocar ordem na cidade, disciplinando a forma como a população pode usá-la e, como resultado, disciplinando a sociedade através da cidade. O mesmo pode ser dito sobre a proposta do engenheiro Castro Barbosa (Barbosa *et al.*, 1901) de promover reformas na lei de expropriação para deslocar fábricas e criar reservas de terra para parques e avenidas nos subúrbios. A sugestão de Paula Freitas, de que ruas deveriam ter faixas para bondes, carros e pessoas, também pode ser abordada sob o mesmo quadro teórico (*ibid.*).

Algumas das ideias que os participantes do Congresso expressaram coincidem com algumas das discussões de Boyer (1983) sobre a reforma ambiental nos Estados Unidos. Esse é precisamente o caso da identificação de Frederico Liberalli (Barbosa *et al.*, 1901) da saúde física e mental dos habitantes e da circulação das ruas, sugerindo ideias ambientalmente determinísticas, por meio das quais ele mostra que havia no Brasil pessoas pensando que o ambiente poderia afetar a saúde dos seres humanos, disciplinando instintos básicos. Em função disso, patologias foram associadas ao caos urbano. No Brasil, como nos Estados Unidos, a disciplina implicou a remoção de barreiras espaciais ao crescimento econômico, a chamada “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 1990, p. 418). Os *melhoramentos* propostos poderiam afetar a sociedade por meio de um ambiente urbano disciplinado, assegurando o investimento de capital.

2. Ver Vaz (1986), “Notas sobre o Cabeça de Porco”. VAZ, L. F. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, 1, p. 29-35, 1986.

Os melhoramentos que foram implementados durante os governos de Pereira Passos (1902-1906), Paulo de Frontin (23 de janeiro a 28 de julho de 1919) e Carlos Sampaio (8 de agosto de 1920 a 15 de novembro de 1922), todos eles prefeitos do Rio de Janeiro, resultaram em uma cidade mais ordenada³, onde ruas retas e largas induziram os corpos humanos a ir mais rápido e mais diretamente de um lugar a outro. Ainda, os códigos de construções propostos e implementados no Rio de Janeiro em 1903, 1924 e 1925 são uma modalidade de biopoder, pois têm efeito no deslocamento dos corpos humanos, também disciplinando a sociedade através da cidade. Embora a cidade de São Paulo não seja vista como uma amostra da República, um papel que foi desempenhado pela capital federal e por Belo Horizonte em um nível mais provincial, ela foi igualmente afetada pela queda do Império e pelo centenário da Independência, promovendo alguns desenvolvimentos como *melhoramentos*, *urbanismo* e *arquitetura*. Discutirei isso a seguir.

Para a análise da melhoria moral, algumas passagens específicas de Foucault têm sido empregadas. O relato dele sobre a visão médica da cidade no final do século XVIII, por exemplo, é usado com frequência. Foucault propôs:

Os médicos foram de certo modo os especialistas do espaço. Eles formularam quatro problemas fundamentais: localização (climas regionais, natureza dos solos, humidade e seca, sob o nome de constituição eles estudaram a combinação de determinantes locais e variações sazonais que facilitam, em um certo momento, um certo tipo de doença); coexistência (seja dos homens entre si: questões de densidade e proximidade; seja de homens e coisas: questões de água, cloacas, ventilação; seja de homens e animais: questões de matadouros, estábulos; seja de homens e mortos: questões dos cemitérios; habitação, habitat, urbanismo); deslocamentos (migração de homens, propagação de doenças) [...] os médicos pensaram sobretudo o espaço da casa e aquele das cidades (Foucault, 1979, p. 213-214).

3. Para detalhes sobre esses períodos da história do Rio de Janeiro, ver Abreu (1988); Benchimol (1985, 1992); Barbosa (1990); Kessel (1997); Needell (1987, 1995); Meade (1997); Pechmann; Fritsch (1985); e Reis (1977). ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Iplanrio: Jorge Zahar, 1988. BENCHIMOL, J. L. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNA, G. R. (ed.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 599-612. BARBOSA, J. L. *Modernização urbana e movimento operário*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. NEEDELL, J. D. *A Tropical Belle Époque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. NEEDELL, J. D. Rio de Janeiro and Buenos Aires: Public Spaces and Public Consciousness in Fin-de-Siècle Latin America. *Comparative Studies in Society and History*, 37, p. 519-540, 1995. MEADE, T. “Civilizing Rio”: Reform and Resistance in a Brazilian City (1889-1930). Philadelphia: Pennsylvania State University Press, 1997. PECHMANN, S.; FRITSCH, L. A reforma urbana e o seu avesso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, 5, p. 139-195, 1985. REIS, J. de O. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: Evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Lidador, 1977.

Foucault aprofunda esse relato, ao afirmar ser um ato ignorante procurar pelas origens dos grandes passos do pensamento sociológico nos trabalhos de Montesquieu ou de Comte. Para ele, o conhecimento sociológico foi constituído especialmente na prática dos médicos (Foucault, 1979). Os primeiros inquéritos urbanos no Brasil também foram feitos por esses profissionais, ainda que um século mais tarde do que na Europa. São exemplos os estudos sobre as condições de salubridade no Rio de Janeiro conduzidos pela Junta de Hygiene criada em 1851 ou pela Comissão de Exame e Inspeção das Habitações de Santa Ephigenia em São Paulo, em 1893 (Machado *et al.*, 1978; Benchimol, 1982; 1992; Pereira, 1988). A passagem de Foucault sobre a visão médica da cidade tem sido utilizada em vários estudos. Exploremos dois exemplos para verificar como eles têm sido suportados pelos dados empíricos.

Roberto Machado: um Foucault tropical? Epidemias e disciplina no Rio de Janeiro no século XIX

Roberto Machado, um discípulo brasileiro de Foucault, desenvolveu uma abordagem similar em um trabalho colaborativo sobre o estabelecimento de normas sociais por meio da medicina social e da psiquiatria no Brasil do século XIX (Machado *et al.*, 1978). Esse trabalho também foi influenciado por outras publicações de Foucault, como *L'Archeologie du savoir* (Foucault, 1969), *Naissance de la clinique* (*id.*, 1972) e diversas variações nacionais. Diante do fato de que o ambiente era apontado como uma causa possível de doenças, Machado mostra como a medicina se tornou social não apenas levando em consideração a doença quando já está instalada no corpo dos indivíduos, mas prevenindo o que provocava sua manifestação. Nesse sentido, houve um deslocamento da preocupação médica da doença para a saúde (*ibid.*, 1978), e a medicina social se tornou uma ação permanente de controle.

O médico não era apenas alguém com a técnica e o conhecimento dos grandes tratados teóricos. Ele se tornou uma autoridade: alguém que intervinha, decidia, executava, controlava e castigava. Intervir na sociedade significava policiar tudo o que pudesse ser a causa de enfermidades: destruir partes perigosas do espaço que criavam desordem médica, transformando a desordem mediante um projeto contínuo e planejado de inspeção e controle da vida social (Machado *et al.*, 1978).

Seguindo a visão de Foucault dos quatro problemas fundamentais estabelecidos pelos médicos, Machado reduziu a intervenção médica na cidade a dois princípios básicos: (i) localização espacial e temporal e (ii) contato ou intercomunicação. O isolamento espacial e temporal, como método, implica reunir ordenadamente (Machado *et al.*, 1978). Ele mostrou como o aspecto natural da cidade, especialmente a situação geográfica, era parte da visão médica e condutiva à análise climatológica (*ibid.*).

Dentro da análise da paisagem natural urbana, era dada grande importância a pântanos e montanhas (Machado *et al.*, 1978). As últimas, como obstáculos ao vento, eram consideradas um elemento inadequado na cidade. Vários médicos brasileiros estudaram na Faculté de médecine, em Paris, no século XIX, e apresentaram teses de graduação em que discutiam a remoção de montanhas urbanas. Em realidade, dois dos morros do Rio de Janeiro (do Senado e Castelo) foram removidos entre 1890 e os anos 1920 (Ribeiro, 1927)⁴, assim como discutido em outra literatura (Outtes, 2000)⁵. Nos pântanos, áreas molhadas nas quais substâncias animais e vegetais se dissolviam, o clima quente da cidade provocou putrefação rápida de tais substâncias, “criando” os miasmas (Machado *et al.*, 1978). A visão médica foi mais longe, analisando instituições urbanas como hospitais, cemitérios e fábricas em seu programa de disciplina. Ao fazer isso, os médicos observaram ameaças à saúde para estabelecer maneiras alternativas de organizá-las, isolando pessoas com a mesma enfermidade em partes específicas dos hospitais e melhorando os métodos de enterro nos cemitérios, por exemplo.

Foucault e a história do urbanismo.

As ideias de Foucault têm sido aplicadas também para compreender o nascimento do urbanismo ele mesmo, no século XX. O trabalho mais desenvolvido nessa tradição é o de Boyer (1983), que analisou o caso estadunidense. A autora observou que os textos relativos aos problemas sociais nas cidades daquele país na segunda metade do século XIX poderiam ser vistos como centrados no controle disciplinar. Boyer os classifica em duas categorias: a primeira se refere à exploração dos trabalhadores urbanos e seu potencial para motins e protestos; e a segunda, ao medo do dano ao ambiente urbano e das condições de superpopulação e congestão dos cortiços, as quais se supunha resultariam em decadência moral e comportamental na população urbana. O medo da multidão humana caracterizava ambas as categorias (*ibid.*).

No relato dos reformadores sociais dos Estados Unidos, Boyer (1983) identificou a existência de duas premissas básicas: (i) que o ambiente físico poderia disciplinar os humanos para conseguir uma ordem harmoniosa como mundo urbano; e (ii) que a provisão de um ambiente mais condutivo iria requerer a supervisão constante e a correção disciplinar de uma autoridade política centralizada (Boyer, 1983).

4. Sobre esses aspectos, ver os excelentes trabalhos de Abreu (1988); Kessel (1983); e Pereira (1988, p. 465-466). KESSEL, M. I. *Crescimento urbano e reforma urbana em metrópole não industrial: O caso do Rio de Janeiro no período 1870-1920*. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1983.

5. Ver, particularmente, capítulos 3 e 4.

Essa posição, de acordo com Boyer, implicou uma crença na potência do ambiente: uma ilusão de que um ambiente ordenado logicamente poderia disciplinar e transformar em vantagem social os instintos básicos do indivíduo e a ideia de que o processo de afirmação da ordem desejável ocorreria no lar; por essa razão, a sociedade deveria intervir o mais próximo possível do nível doméstico para conseguir o controle social (Boyer, 1983).

Os reformadores acreditavam que o exemplo moral e a educação iriam disciplinar a mente das classes baixas em direções mais aceitáveis para eles. O que era considerado falta de controle sobre a infraestrutura urbana, oferta de água, condições de habitação e códigos sanitários resultou numa visão dos cortiços como uma ameaça para toda a população. Uma identificação completa das patologias da vida urbana com o caos ambiental foi estabelecida (Boyer, 1983). Aqui mais uma vez, como no relato de Machado *et al.* (1978), o dualismo entre caos físico e moral foi aceito. Para Boyer, em fins do século XIX, as últimas técnicas de investigação científica e de conhecimento começaram a ser usadas para a compreensão dos problemas sociais descobertos pelos reformadores sociais estadunidenses: pauperismo, congestão, caos ambiental e desorganização estética. Para reunir informação sobre o pobre urbano e seu estilo de vida, foi criado, em 1863, um Comitê de Caridade Estatal a fim de estabelecer um controle supervisor sobre as instituições locais (Boyer, 1983).

A estratégia principal para a promoção de melhorias sociais na época era a realização de visitas aos lares do pobre urbano, levadas a cabo por pessoas especialmente treinadas para esse propósito. Outra ação importante se supunha ser a intervenção na educação dos filhos e filhas. No mais, pensavam-se como uma forma de ambiente adequado os espaços abertos, com a criação de *playgrounds* (terrenos para jogos) e campos de esportes sendo bastante bem-vinda. Isso estava muito claro no pensamento dos urbanistas brasileiros, como Anhaia Mello (1929a; 1929b; 1929c; 1929d; 1945; 1947). Mello foi um urbanista importante no Brasil e, especificamente em São Paulo, cidade da qual foi prefeito em 1931. Em seus escritos, fez várias referências à experiência dos Estados Unidos (Mello, 1929b). Um discurso completo sobre a relação entre crime e áreas sem campos de jogos se desenvolveu. O movimento por melhoria social por intermédio de espaços abertos como um ambiente saudável assumiu lugar importante no plano de Chicago no começo do século XX; ali, um sistema completo de parques foi criado.

O movimento estadunidense pela reforma social avançou com passos cada vez maiores. O universo de intervenção cresceu dos meninos e meninas (por meio da educação) para o bairro (junto aos trabalhadores que viviam em albergues), reunindo esforços com instituições de caridade para conseguir um ambiente curativo

(Boyer, 1983). O crescimento da quantidade de organizações de caridade necessitou da supervisão de uma autoridade centralizada. Uma justificativa para a criação desses órgãos foi a distinção entre o bom e o mau pobre. Era possível saber quem estava se candidatando para receber ajuda financeira em diferentes organizações centralizando a informação em algum lugar. Como Nova York contava, em 1898, com 1.323 formas organizadas de esforços filantrópicos, a solução foi a divisão da cidade em distritos destinados a cada organização (Boyer, 1983).

Para uma perspectiva completa da vida do pobre urbano, era necessário conhecer a população urbana. Depois dos anos 1860, temas específicos eram acompanhados. Dessa época até o novo século, inquéritos mais amplos e investigações mais completas foram feitas. Em 1863, o Conselho de Higiene de Nova York conduziu o primeiro inquérito de condições de habitação em toda a cidade, que foi então dividida em 29 distritos, cada um sob o controle supervisionado de um médico (Boyer, 1983). Nesse inquérito, foram coletados dados sobre condições topográficas e de drenagem, doenças e taxas de mortalidade, construções de edificações, além de características populacionais. O resultado mostrou que 500 mil habitantes viviam em 15 mil cortiços, com 15 mil pessoas vivendo em mansardas ou quartos nos tetos dos prédios.

A epidemia de cólera de 1865 levou à criação, dois anos mais tarde, do Conselho Metropolitano de Saúde, cujo trabalho resultou na primeira legislação sobre cortiços para toda a cidade. É interessante observar que o inquérito teve lugar depois daquele do Rio de Janeiro, em 1851. No começo do século XX, uma nova investigação, levada a cabo pela Charity Organization Society of New York, encabeçada pelo reformista social Lawrence Veiller – que influenciou a legislação brasileira –, resultou, em 1901, na Tenement House Act, uma lei sobre cortiços que se tornou um modelo para a legislação em outras cidades. O primeiro inquérito urbano realizado nos Estados Unidos, considerado um modelo para inquéritos de urbanismo, foi a investigação de Pittsburgh sobre as condições de vida e trabalho, patrocinada pela Russell Sage Foundation em 1909 (Boyer, 1983). No Brasil, isso parece ter sido feito em 1927, quando o urbanista francês Alfred Agache (Agache, 1929) começou a coletar dados para seu plano elaborado para a cidade do Rio de Janeiro, entregue em 1929 e publicado um ano depois.

Continuando seu relato sobre a história do urbanismo nos Estados Unidos, Boyer se baseia em outra passagem do trabalho de Foucault relacionada com o tema da disciplina: sua narrativa sobre o medo de espaços escuros na cidade, onde perpetuadores de crime e desordem podem se ocultar, e sua afirmação de que a disciplina procede da distribuição dos indivíduos no espaço (Boyer, 1983). Ao interpretar essa ideia, a autora mostra como a natureza foi considerada exemplar pelos reformadores estadunidenses para reconstruir a cidade de maneira

melhor. O elemento principal proposto como espaço urbano curativo foi o parque. Os parques urbanos eram vistos como uma instituição normativa, um ponto de contato entre as aflições das habitações congestionadas e um ambiente natural curativo. Esse movimento ocorreu em paralelo àquele pela proteção da natureza selvagem, como o Vale de Yosemite e as Cataratas do Niágara (Boyer, 1983).

A cidade de Nova York foi pioneira na implementação da ideia do parque urbano com a compra de terras para a instalação do Central Park, entre 1856 e 1863. No começo do século XX, a cidade de Nova York tinha 11 parques, cada um com cem acres ou mais, e Boston foi a primeira cidade onde foi criado um sistema metropolitano de parques. No mais, parques e espaços abertos foram uma preocupação constante entre urbanistas brasileiros, a exemplo de Victor da Silva Freire (1911; 1914; 1916; 1918; 1923; 1942)⁶, Prestes Maia (1930; 1933; 1934; 1935; 1936;

6. Para histórias do urbanismo no Rio de Janeiro, ver o trabalho de Rezende (1982; 1999). Para o urbanismo em São Paulo, ver os trabalhos de Campos (2002); Simões Jr. (1990; 1999; 1992; 1995); Osello (1983); Leme (1982; 1990; 1995; 1996; 1997; 1999). Sobre o urbanismo do Rio de Janeiro e de São Paulo, ver Outtes (2000). Sobre o urbanismo do Brasil e da Argentina, ver Outtes (1993; 1996; 1997; 2002; 2003a; 2003b; 2005a; 2005b; 2006; 2014). Sobre o urbanismo de Recife, ver Outtes (1991; 1992; 1997); Pontual (1999, 2000a, 2000b, 2001a, 2001b). REZENDE, V. *Planejamento urbano e ideologia*: Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. REZENDE, V. *Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro (1990-1950-1965)*. In: LEME, M. C. da S. (ed.). *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo: Studio Nobel: FAU-USP: Fupam, 1999. p. 39-70. CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade*: Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac, 2002. SIMÕES JÚNIOR, J. G. *O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1990. SIMÕES JÚNIOR, J. G. Cortiços em São Paulo: O problema e suas alternativas. *Polis*, São Paulo, n. 2, 1991. SIMÕES JÚNIOR, J. G. O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo. In: GOMES, M. A. F.; FERNANDES, A. M. (ed.). *Cidade & História*: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Centro Editorial da Universidade Federal da Bahia, 1992. SIMÕES JÚNIOR, J. G. *Anhangabaú*: História e urbanismo. 1995. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. OSELLO, M. A. *Planejamento urbano em São Paulo*: Introdução ao estudo dos planos e realizações (1889-1961). 1983. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1983. LEME, M. C. da S. *Planejamento em São Paulo: 1930-1969*. 1982. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. LEME, M. C. da S. *Revisão do plano de avenidas*: Um estudo sobre o planejamento urbano em São Paulo, 1930. 1990. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. LEME, M. C. da S. As influências do ideário urbanístico americano para a formação do urbanismo paulistano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 6., 1995, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Anpur, 1995, p. 780-787. Tema: Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro. LEME, M. C. da S. Francisco Prestes Maia. *Arquitetura e Urbanismo*, 11, p. 59-65, 1996. LEME, M. C. da S. La formazione dell'urbanistica come disciplina e professione a San Paolo del Brasile (1892-1957). *Storia Urbana*, 21, p. 77-96, 1997. LEME, M. C. da S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil (1895-1965). In: LEME, M. C. da S. (ed.). *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo: Studio Nobel: FAU-USP: Fupam, 1999. p. 20-38. OUTTES, J. *La Ville*: lieu de la dégénérescence? Urbanisme et représentations sociales au Brésil et en Argentine (1920-1945). Paris: Mémoire de DEA, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales-Centre de Sociologie Urbaine, 1993. OUTTES, J. Discipliner la société à travers la cité: Genèse de l'urbanisme au Brésil et en Argentine (1905-1945). In: COQUERY-VIDROVITCH, C.; GOERG, O. (éd.). *La ville européenne outre mers*: Un modèle conquérant (15e-20e siècles). Paris: L'Harmattan, 1996. OUTTES, J. Regolare la società attraverso sola città: La genesi dell'urbanistica in Brasile e Argentina (1905-1945). *Storia Urbana*, 21, p. 5-28, 1997. OUTTES, J. Disciplinando la sociedad a través de la ciudad: El origen del urbanismo en

1941; 1945)⁷, Anhaia Mello (1929a; 1929b; 1929c; 1929d; 1945; 1947), além de estrangeiros que trabalharam no país, casos de Grandjean de Montigny (Cavalcanti, 1989), Glaziou, Bouvard (1911), Segawa (1994) e Agache (1929).

De acordo com Boyer (1983), em fins do século XIX o discurso sobre parques urbanos se intensificou, com controles normativos e ordem disciplinar como elementos essenciais da melhoria desses espaços (*ibid.*), e os subúrbios passaram a ser valorizados como uma mescla de condições rurais e urbanas (*ibid.*). A transformação da interpretação da crise urbana em diretivas para o controle disciplinar foi explicada por Boyer como forma de desenvolver um movimento social em torno da vontade dos profissionais de melhorar a cidade (*ibid.*). Analisando o processo pelo qual uma cidade poderia se desenvolver de maneira ordenada, apesar de sua complexidade e especialização de estrutura e função, a autora sugeriu a necessidade de uma estratégia intervencionista, uma mentalidade urbanística que oferecesse um esquema conceitual para o desenvolvimento racional e o crescimento regulado. Em sua visão, essa mentalidade começou a se desenvolver nos Estados Unidos em torno de 1907 (*ibid.*):

Argentina y Brasil (1894-1945). *EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales*, 28, p. 7-29, 2002. OUTTES, J. Disciplining Society through the City: The Genesis of City Planning in Brazil and Argentina (1894-1945). *Bulletin of Latin American Research*, 22, p. 137-164, 2003a. OUTTES, J. Disciplining Society through the City: The Birth of City Planning in Brazil and Argentina (1894-1945). *Xaman*, 4, p. 1-29, 2003b. OUTTES, J. Disciplinando a la sociedad por medio de la ciudad: La Genesis de la planificación de ciudades en Brasil y Argentina (1894-1945). *Provincia: Revista Venezolana de Estudios Territoriales*, 14, p. 23-63, 2005a. OUTTES, J. Disciplinando a la sociedad por medio de la ciudad: La génesis de la planeación de ciudades en Brasil y en Argentina (1894-1945). *Maguaré: Revista Colombiana de Antropología*, 5, p. 41-73, 2005b. OUTTES, J. Disciplinando a la sociedad por medio de la ciudad: La genesis del urbanismo en Brasil y Argentina (1894-1945). *Portafolio*, 7, p. 50-65, 2006. OUTTES, J. Cidade e habitação na América Latina: Uma abordagem foucaultiana. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro de Estudos Interdisciplinares sobre a Cidade*, 6, p. 716-739, 2014. OUTTES, J. *O Recife pregado à cruz das grandes avenidas: Contribuição à história do urbanismo (1927-1945)*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991. OUTTES, J. “O corpo de um herói esquartejado”: A reforma urbana do bairro de Santo Antônio em Recife no Estado Novo. In: GOMES, M. A. F.; FERNANDES, A. M. (ed.). *Cidade & História: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: Centro Editorial da Universidade Federal da Bahia, 1992. p. 131-138. OUTTES, J. *O Recife: A gênese do urbanismo (1927-1943)*. Recife: Massangana, 1997. PONTUAL, V. P. Homens e coisas na Cidade do Recife: Uma interpretação da modernização governamental. *Cadernos de Estudos Sociais*, 15, p. 317-341, 1999. PONTUAL, V. P. O urbanismo no Recife: Entre ideias e representações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, p. 89-108, 2000a. PONTUAL, V. P. Gestão da cidade: Duas experiências modernizadoras no Recife dos anos 1930 e 1950. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 14, p. 69-92, 2000b. PONTUAL, V. P. Tempos do Recife: Representações culturais e configurações urbanísticas. *Revista Brasileira de História*, 21, p. 417-434, 2001a. PONTUAL, V. P. *Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 e 1950*. Recife: Editora Universitária, 2001b.

7. Ver também Maia e Cintra (1924-1926). MAIA, F. P.; CINTRA, J. F. d’U. Um problema actual: Os grandes melhoramentos de São Paulo. *Boletim do Instituto de Engenharia*, 6, p. 56-60, 91-94, 121-132, 225-232 (1924-1926). Sobre o urbanismo de São Paulo e particularmente alguns subúrbios-jardins, ver Andrade, (1998). ANDRADE, C. R. M. de. *Barry Parker: Um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

As reformas ambientais dos primeiros “melhoradores” (*improvers*) tinha mostrado os problemas maiores do crescimento caótico da cidade, as necessidades culturais e os requerimentos de serviço social. Em fragmentos e partes, a ideia de melhorar as condições de pobreza, congestão, saúde pública, ordem recreacional e arquitetônica ficou conectada com as práticas e profissões da engenharia e da arquitetura, da caridade e da reforma municipal, bem como da habitação, da saúde e do serviço educacional. Esses movimentos apenas não podiam desenvolver uma perspectiva total sobre a cidade (Boyer, 1983, p. 63, tradução nossa).

Como resultado, havia uma necessidade de uma especialização concatenada: o urbanismo totalizante (*comprehensive*). Outra característica interessante do trabalho de Boyer é a ligação estabelecida entre disciplina e a remoção de barreiras espaciais ao crescimento econômico, um processo que Marx chamou de “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 1990, p. 418). De acordo com a autora, “[quanto] maior o obstáculo para a acumulação capitalista, mais necessários eram os planos disciplinares para a melhora física da ordem na cidade” (Boyer, 1983, p. 65), e os documentos de urbanismo são o modo pelo qual as contradições de frações do capital encontram expressão física. Para ela, os planos ligam melhorias com suas cadeias de suporte econômico e social e excluem vozes em oposição (*ibid.*), e o objetivo do urbanismo é transformar, corrigir e melhorar a sociedade por intermédio de um ambiente físico disciplinado, garantindo o investimento de capital em terra, melhoras físicas ou infraestrutura mediante uma ordem espacial racional (*ibid.*).

Boyer afirmou que, apesar de serem um suporte para a acumulação de capital, o que sustentou o discurso sobre urbanismo através dos anos foram as técnicas que poderiam disciplinar a aparência física da cidade. Neste sentido, para ela, a ordem física é um instrumento efetivo a serviço da produtividade do capital. O urbanismo desenvolveu e mesclou um programa tático: a forma espacial da cidade como um elemento material na produção e na circulação de mercadorias (Boyer, 1983). O diálogo do urbanismo fala de uma ordem harmoniosa dissolvendo as forças contraditórias de maneira racional, tentando garantir o otimismo nos negócios, a confiança financeira e a ilusão de prosperidade. O urbanismo infunde um espírito de racionalidade utópica; trata-se de uma racionalização abstrata que torna possível a remoção de algumas barreiras que obstruem o crescimento econômico, protegendo o capitalismo ou outros modos de produção (*ibid.*). O tipo de argumento empregado por Boyer é aplicável a outros casos empíricos, como o do discurso brasileiro sobre urbanismo. Além das ideias dessa autora, o pensamento de Foucault tem outras características que podem ser aplicadas ou desenvolvidas

no que se refere à história do urbanismo. Uma delas, desenvolvida em alguma medida por ela, é seu conceito de discurso e sua relação com o poder e a verdade.

Foucault e o urbanismo brasileiro

Muitas das atividades de urbanismo desenvolvidas em cidades brasileiras podem ser discutidas utilizando ideias elaboradas por Foucault. Na verdade, na medida em que intervenções, como a abertura de ruas, a demolição de morros, a canalização de rios e riachuelos, assim como a destruição de *cortiços*, resultariam em uma cidade mais organizada, elas podem ser vistas como uma maneira de organizar os fluxos de população. Todavia, todas elas, se implementadas, como algumas o foram, teriam tido, e tiveram, impacto sobre o corpo humano, limitando infinitesimalmente a liberdade de movimento.

No mais, *melhoramentos* como aqueles propostos por companhias privadas (uma delas até chamada Companhia de Melhoramentos), a exemplo da demolição de morros como o do Senado ou do aterro de lugares como Gamboa e Saco do Alferes, no Rio de Janeiro, tiveram um efeito nos corpos humanos, uma vez que poderiam usar áreas que de outra maneira não seria possível usufruir porque simplesmente não existiam antes. Em resumo, isso pode ser visto como uma maneira infinitesimal de mudar o comportamento dos corpos, algumas vezes, diferentemente da análise de Foucault no caso das prisões, aumentando sua liberdade, como no caso da criação de novas áreas a que os corpos poderiam ter acesso. Toda a ordem proposta nas leis e nos discursos sobre melhoramentos, *cortiços*, e a cidade em geral, conteve uma vontade de disciplinar a sociedade através da cidade.

Recife, a terceira maior cidade do Brasil durante o período discutido neste artigo, passou por um processo similar de melhoras urbanas. Um dos bairros centrais da cidade foi renovado com a melhoria de suas condições gerais de circulação como resultado da reforma de seu porto entre 1909 e 1913. Essa experiência também teve lugar por razões de saúde pública. De fato, um projeto de esgotos e abastecimento de água foi proposto pelo engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e implementado mais ou menos na mesma época (1909-1917)⁸.

8. Para a renovação do porto e do bairro, ver Lubambo (1991). Para o projeto de saneamento, ver Brito (1917). Sobre o trabalho de Brito, ver Andrade (1991; 1992; 1996a; 1996b; 1997). LUBAMBO, C. W. *Do Corpo Santo ao Marco Zero*: O bairro do Recife no início do século, uma experiência de modernização urbana. Recife: Massangana, 1991. BRITO, F. S. R. de. *Saneamento do Recife*. Recife: Typographia da Imprensa Oficial, 1917. 2 v. ANDRADE, C. R. M. de. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. *Espaço & Debates*, 11, p. 55-63, 1991. ANDRADE, C. R. M. de. *A peste e o plano*: O urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. ANDRADE, C. R. M. de. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: Traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: RIBEIRO, L. C. de Q; PECHMANN, R. (ed.). *Cidade, povo e nação*: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a. p. 287-310. ANDRADE, C. R. M. de. *Le pittoresque et le sanitaire*:

O período foi igualmente de mudanças significativas na circulação urbana. Os bondes de companhias como a Recife Street Car Company, originalmente movidos por tração animal, se tornaram eletrificados em 1914, pouco depois de outras cidades maiores, quando a concessão desse serviço passou para as mãos da Pernambuco Tramways & Power Company Limited, uma companhia de propriedade de acionistas ingleses que haviam conseguido a concessão de eletricidade para a cidade⁹.

Pode-se dizer que, a partir de 1916, um novo tipo de conhecimento – o *urbanismo*, chamado algumas vezes de “ciência do urbanismo” – nasceu, mudando a prática nesse campo. Novos procedimentos foram criados. O conhecimento detalhado das condições urbanas antes da planificação se tornou uma nova preocupação, da qual se originaram inquéritos nos quais eram estudados aspectos como crescimento demográfico, saúde pública e epidemias passadas, sistemas de transporte, orçamento municipal e a biografia da cidade. Para a implementação dos planos, novas instituições foram propostas, a fim de monitorar e garantir sua execução. Depois de serem aprovados, os planos sempre resultavam em uma lei estabelecendo códigos de obras mais complexos e restritivos.

Apesar de os planos terem sido propostos em fins dos anos 1920, suas implementações tiveram lugar durante regimes políticos intervencionistas e antiliberais, como foram os anos da presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), especialmente a ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945. Durante esse governo, algumas das propostas de Agache para o Rio de Janeiro foram implementadas, assim como foram executadas partes do Plano de Avenidas em São Paulo e parte das propostas contidas no plano de Nestor de Figueiredo para Recife¹⁰.

A “ciência do urbanismo” implicou a criação de novos produtores desse conhecimento, novos intelectuais e profissionais, os *urbanistas*. Esse conhecimento foi institucionalizado e se tornou uma profissão autônoma decorrente do ensino do urbanismo nas universidades. No Brasil, cursos nessa área foram instituídos em São Paulo, em 1923, no Mackenzie College, e em 1926, na Escola Polytechnica

Sitte, Martin, Brito, traductions et métamorphoses de savoirs professionnels (1889-1929). *Genèses*, 22, p. 64-86, 1996b. ANDRADE, C. R. M. de. Saturnino de Brito: Um projetista de cidades. *Arquitetura e Urbanismo*, 72, p. 67-74, 1997.

9. Para a história do bonde de tração animal e sua influência no desenvolvimento da cidade e vice-versa, ver Zaidan (1991); para dados sobre o bonde elétrico, ver Mota (1985); e, para um tratamento histórico-social do tema, ver Rios (1985). Z Aidan, N. *O Recife nos trilhos dos bondes de burro (1871-1914)*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991. MOTA, A. *No tempo do bonde elétrico*. 2. ed. Recife: Celpe, 1985. RIOS, G. *Linhas apagadas: Do coletivo como arcaico ao individual como moderno (a extinção dos bondes na década de 1940)*. João Pessoa: Ed. da UFPP, 1985.

10. Não há espaço para tratar em detalhes dos planos para Recife neste artigo. Para um estudo dos planos mencionados, ver Outtes (1991, p. 43-218; 1997, p. 57-212).

(Ficher, 1989), no Rio de Janeiro; mais tarde, em 1935, na Universidade do Distrito Federal e, no ano seguinte, em Recife, na Escola de Belas Artes. Além disso, um curso de especialização em Administração Municipal e Urbanismo existe desde 1939 como atividade de extensão cultural da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (Martins, 1941).

Embora a palavra “urbanismo” tenha sido usada pela primeira vez no Brasil em 1916, depois em 1918, como subtítulo de um artigo, e de novo em 1924, durante uma exposição, e no ano seguinte, quando instituições foram criadas em São Paulo com esse nome, muitas intervenções urbanas ainda eram descritas como *melhoramentos*. As melhorias que foram propostas durante a administração de Antônio da Silva Prado (1899-1911), e implementadas durante o governo de Raimundo Duprat (1911-1914) em São Paulo e em gestões subsequentes, resultaram em uma cidade mais ordenada, onde ruas retas e largas induziram os corpos humanos a irem mais rápida e diretamente de um lugar para outro, constituindo-se, dessa maneira, em uma forma de biopoder.

Outras decisões, como a divisão de São Paulo em 1915, dada pela Lei nº 1.874, de 12 de maio de 1915 (Prefeitura de São Paulo, 1915; Guaraldo, 1995), quando zonas com diferentes taxas de ocupação dos lotes e recuos foram propostas, também provocaram impactos no corpo humano, limitando infinitesimalmente sua liberdade de ir e vir. Códigos de obras propostos e implementados na mesma cidade em 1916, 1920 e 1929 são igualmente uma forma de biopoder, com efeitos no corpo humano. Além disso, as intervenções da City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, planejando e construindo bairros muito ordenados e organizados (subúrbios-jardins) para as classes abastadas, podem ser descritas como uma restrição sobre tais corpos, disciplinando a sociedade através da cidade.

Muitos dos aspectos discutidos neste artigo podem ser vistos pelas lentes foucaultianas. O fato de o conselheiro municipal (equivalente hoje ao cargo de vereador) e prefeito temporário coronel Leite Ribeiro ter proposto a nomeação de uma comissão de dez membros para discutir um *plano de melhoramentos* ou *plano de embelezamento* foi uma vontade de pôr ordem na cidade, pressupondo certo tipo de disciplina. As ideias de Leite Ribeiro merecem, todavia, uma mirada mais próxima, tendo em vista que esse militar identificou meio ambiente e doença como elementos relevantes, apesar de não haver evidência de que a crença na teoria miasmática fosse parte das ideias defendidas por ele. Para Ribeiro, o desenvolvimento caótico das cidades brasileiras era resultado da “inferioridade mental da origem rude da mescla que era a população brasileira” (Ribeiro, 1927, *s.p.*). No mais, as preocupações demonstradas por ele se encaixam bem na análise de Boyer (1983) a respeito

da identificação das patologias sociais da vida urbana como caos ambiental, como discutido anteriormente.

O médico e rotariano Matos Pimenta teve ideias semelhantes, porém suas propostas foram mais detalhadas. Além da nomeação de uma comissão para sugerir a organização de um plano para a remodelação da cidade, Pimenta queria disciplinar as *favelas*, cujos habitantes descrevia como uma ameaça à tranquilidade e aos quais classificou como vagabundos e bailarinos de capoeira, razão pela qual propôs a abertura de novas ruas para proporcionar melhor acesso aos morros. Esse conjunto de representações contrasta com o que hoje é conhecido sobre os habitantes das favelas, uma população composta sobretudo de trabalhadores que laboram no setor da construção civil e de mulheres que atuam como empregadas domésticas, apesar da existência de traficantes de drogas (Perlman, 1976; Pino, 1998).

Pimenta, um médico educado em Berlim, propôs disciplinar a sociedade através da cidade mediante a proibição de barracos nas favelas e a construção de casas para proletários, assim como de asilos e colônias para inválidos, idosos e órfãos. Da mesma maneira, justificou suas propostas disciplinadoras mencionando desenvolvimentos em Buenos Aires, onde uma Comissão de Estética dos Edifícios foi criada em 1923; ele também sugeriu convidar urbanistas estrangeiros para elaborar um plano. Com efeito, além de extinguir as favelas, Pimenta detalhou a maneira como as casas deveriam ser erguidas; para isso, fez contato com políticos, como o ministro Francisco Sá, sugerindo financiamento do Banco do Brasil a empresas de construção. A proposta parece ter sido seriamente considerada, pois foi discutida em uma comissão do Senado. Foi interrompida, no entanto, pela Revolta dos Tenentes, no início dos anos 1920.

Uma cidade mais disciplinada também aconteceria se as propostas de Guimarães fossem implementadas. O diplomata tinha sugerido a imposição de ordem no ambiente construído desde 1895, quando deu início a uma campanha de trinta anos, escrevendo cartas abertas para prefeitos (que foram publicadas em jornais diários), reivindicando a necessidade de um *plano de melhoramentos*, propondo um concurso internacional para sua elaboração, além de uma competição em homenagem ao botânico Auguste François Marie Glaziou para o paisagismo dos morros. Esses cavalheiros não eram os únicos a demandar um ambiente urbano mais controlado. O rotariano Eduardo Pederneiras também colocou seus vinte centavos nessa discussão, invejando a experiência dos *bairros jardins* em São Paulo. Suas ideias sobre disciplina incluíam preocupações com o crescimento da população e propostas para a criação de uma comissão voltada à elaboração de um plano que deveria resolver a congestão da cidade, facilitando a comunicação com os subúrbios, melhorando a higiene e criando espaços abertos.

Adicionalmente, outras sugestões que iriam afetar levemente o corpo humano, influenciando sua liberdade de movimento e se constituindo em um exemplo de biopoder, incluíam a preparação de um inquérito a respeito das condições de vida, assim como a criação de cidades-jardins e de bairros de trabalhadores com a divisão da população. Biopoder e disciplina também podem ser vistos em outras partes, em outras propostas. Esse foi o caso das sugestões do médico nacionalista José Mariano Filho, o grande promotor da arquitetura neocolonial. Mariano queria disciplinar a cidade mediante o ordenamento das ruas e a criação de largas avenidas e parques tropicais, conservando monumentos históricos e convidando um urbanista renomado para a tarefa.

O envolvimento do Rotary nesse episódio não escapa de um olhar foucaultiano. Políticas sociais em geral (e políticas urbanas e habitacionais em particular) podem ser vistas como uma tentativa de disciplinar populações, sugerindo comportamentos e afetando os corpos, mesmo se as células do Rotary fossem compostas de apenas um indivíduo de cada profissão, em que, oficialmente, servir era e é a base de suas atividades. Alencar Lima, mais um orador no Rotary, também fez suas propostas para disciplinar a sociedade através da cidade, quando explicou seu plano para Agache. Em resumo, a campanha implementada pelos rotarianos para um plano para a cidade continha um desejo de um espaço mais organizado e disciplinado, afetando os deslocamentos e os modos de vida – um exemplo de biopoder, como definido por Foucault.

Alguns anos depois, Agache e Le Corbusier propuseram seus planos. No caso do plano do primeiro, algumas propostas já tinham sido sugeridas. Portanto, mais do que uma solução completamente original para o Rio de Janeiro, ele havia absorvido vários projetos parciais já existentes e propostos por diferentes profissionais. Le Corbusier visitou o Rio e São Paulo em 1929 e fez palestras. Os planos de ambos os arquitetos podem ser igualmente interpretados como um desejo de disciplinar a sociedade através da cidade.

Análises do *urbanismo* francês no exterior têm enfatizado o papel de suas colônias como laboratórios experimentais para os *urbanistas* e cientistas sociais franceses por meio do uso de uma mescla de valores arquitetônicos modernos e tradicionais. Isso correspondeu à nova política colonial francesa chamada *association* em lugar da prévia *assimilation*. Em substituição à presença militar e à destruição de vilas e cidades indígenas, defensores da *association* lutaram pela preservação de culturas locais e pela provisão de serviços sociais, como escolas e hospitais. Isso foi considerado uma forma mais eficiente de contrarresistência. A *assimilation* estava se tornando moralmente condenável, ineficiente política e economicamente (Wright, 1987). Nas colônias, os bairros franceses continham

elementos arquitetônicos da cultura da população, que eram isolados das áreas dos colonizadores. Depois da participação no esforço de guerra francês, algumas colônias clamavam por mais descentralização, e novos postos “paralelos” para serem ocupados pela população indígena foram criados no aparelho de estado sem mais mudanças de poder (Wright, 1987).

No Marrocos, na Indochina (hoje Vietnã) e em Madagascar, isso correspondeu à introdução de formas arquitetônicas tradicionais no urbanismo. Os franceses eram mais minuciosos na manipulação de símbolos indígenas e europeus nos assentamentos em busca de objetivos políticos (Wright, 1987). Isso criou a primeira agência francesa de urbanismo em todo o mundo, o Service d'Architecture et des Plans des Villes, estabelecido por Henri Prost em 1914 no Marrocos, encarregada da supervisão de toda atividade de construção naquele país (*ibid.*); o governador-geral Maurice Long criou o Service d'Urbanisme do Vietnã em 1923 (*ibid.*); e o governador-geral de Madagascar, Marcel Olivier, criou em 1926 o Conseil Supérieur d'Urbanisme (*ibid.*).

A prática de Agache no Brasil não correspondeu a isso. Primeiro, nunca fomos uma colônia francesa. Segundo, não havia população indígena a que agradar no movimento pela reforma urbana e habitacional no país, pelo menos no Rio de Janeiro. No mais, o estilo estético adotado por Agache foi o *art déco*, o qual, ainda que também em uso no Brasil na época, não é originalmente brasileiro nem se baseia em sua arquitetura tradicional, apesar da existência de um movimento para a valorização dessa arquitetura, o neocolonial, o que motivou disputas durante a nomeação do novo diretor da Escola Nacional de Belas Artes, Lúcio Costa, em 1931, e estava bem representado por Mariano Filho, como mencionado anteriormente¹¹.

Eu tenho discutido planos de cidades e propostas para melhoramentos como maneira de disciplinar populações e restringir o movimento dos corpos, o que se configura como uma forma de biopoder. Os planos de Agache e de Le Corbusier não são exceção a esse quadro teórico. A percepção de Agache de que o Rio de Janeiro sofria de uma enfermidade de crescimento, com um conjunto de referências a metáforas orgânicas representando a cidade como um organismo vivo, como ele fez em suas palestras, é muito semelhante às análises dos médicos do século XIX, ainda que crenças em miasmas não estivessem mais presentes. Na verdade, algumas das ideias contidas no plano de Agache, como a densidade de 125 habitantes por hectare, têm efeito no corpo humano, na medida em que, em princípio,

11. Para detalhes sobre esse episódio, ver Bruand (1981). BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

não mais do que essa quantidade de corpos seria encontrada permanentemente na área em questão.

Além disso, Agache determinou quantos seres humanos poderiam interatuar naquele espaço quando decidiu que a aglomeração teria uma área de 30 mil hectares, o que corresponderia à ocupação de uma população de 3.750 milhões a 4 milhões de habitantes. Em adição, várias das propostas de Agache iriam resultar em uma cidade mais ordenada se implementadas, em face da importância dada a um sistema de circulação racional com rodovias regionais indo para o centro, comunicação fácil entre partes opostas da cidade e a substituição de uma linha de trem por uma avenida tripla, conectada com a avenida do Mangue e estendida para além da avenida Rio Branco. Claramente, estava escrito no plano que ele deveria incluir uma análise de todos os elementos e sua distribuição lógica na cidade.

Da mesma maneira, outras medidas iriam disciplinar a sociedade através da cidade influenciando o comportamento dos corpos, como foram os casos da nova avenida proposta, que ligaria praças, a exemplo da do Castelo e do Senado, e do novo túnel, onde uma rodovia desde Petrópolis iria penetrar em direção ao bairro de Laranjeiras, depois de cruzar a Praça da Bandeira, com a possibilidade de ir para o bairro de Copacabana pelo Túnel Alaor Prata, já existente. O mesmo pode ser dito sobre outras sugestões, como a rodovia da Praça do Senado para o bairro de Botafogo, passando pelo Morro de Santa Teresa, acompanhado por uma linha de trem metropolitano onde elevadores iriam conectar-se com esse morro, encontrando a praça em forma de estrela para a qual seis avenidas convergiriam, a rodovia nos pés do Morro do Corcovado e a proposta avenida Independência, que ligaria a Praça da Bandeira à Praça Paris pelos fundos das edificações.

Outro aspecto ainda pode ser visto como vontade de disciplinar a sociedade através da cidade: o zoneamento. De fato, como resultado dessa proposta, apenas alguns corpos estariam em alguns lugares em certos tempos. Isso aconteceria com a definição de bairros industriais, residenciais, universitários e de outros tipos. Ademais, propostas como cidades-satélites, cidades-jardins, habitações coletivas ou casas isoladas implicavam um tipo específico de relação entre corpos humanos, permitindo-lhes estar longe ou perto, configurando-se também como uma restrição sobre tais corpos. No mais, as recomendações de Agache para as favelas, as quais, de acordo com ele, não poderiam ser saneadas e tinham de ser destruídas, com suas áreas sendo urbanizadas para empregados públicos e comerciais, foram também uma decisão com implicações relacionadas ao biopoder.

O biopoder estaria em ação ou existiria somente quando se permitisse que tipos precisos de população ocupassem espaços precisos, como ocorreu com muitas das ideias de Agache. Exemplos disso podem ser encontrados em sua proposta

para uma universidade na Praia Vermelha; bairros residenciais na costa de morros como os da Babilônia, São João e Saudade (onde os *immeubles villas* franceses seriam o modelo de habitação) e a cidade-jardim proposta na Lagoa Rodrigo de Freitas. De novo, o mesmo pode ser dito sobre suas propostas para lugares como os bairros da Gávea e do Leblon, onde uma população burguesa seria abrigada em *pavillions*, uma tipologia de habitação francesa, e casas individuais; Leblon se tornaria uma cidade esportiva. Uma das ideias principais de Agache teria uma implicação direta sobre o movimento dos corpos, obrigando-os a fazer viagens cobrindo a distância entre o Rio de Janeiro e suas cidades-jardins satélites propostas.

De outra parte, assim como o zoneamento implicava certos corpos em certos lugares em certos tempos, um sistema de parques foi proposto especificamente para a classe operária, a ser composto de localidades como a Praça da Bandeira, a Quinta da Boa Vista e os bairros de Manguinhos, Inhaúma, Engenho de Dentro, Tijuca e Boca do Mato. Da mesma forma, o corpo dos ricos teria um espaço próprio, com um sistema de espaços abertos reservado somente para eles, casos da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Jardim Botânico e do Alto da Boa Vista. Corpos poderiam igualmente relaxar nos momentos de ócio em lugares definidos pelo urbanista, em espaços propostos para cada 400 ou 500 metros e campos de jogos a cada 1.500 metros. Agache também tentou impor disciplina pela criação de uma instituição encarregada de monitorar a implementação de suas ideias.

Além disso, levando em conta que hospitais deveriam ser localizados na zona suburbana, o corpo enfermo teria seu espaço determinado pelo biopoder do urbanismo. Em adição, biopoder e disciplina eram parte da lei social proposta por Agache para habitações e favelas, especialmente sua *política destrutiva e construtiva*. Biopoder, disciplina e coerção eram tão evidentes nessa proposta que existiria uma *Polícia das Construções*, com poder para intervir com o intento de melhorar, destruir ou expropriar as favelas. O fato de que essa polícia poderia inclusive enviar habitantes para fora da cidade pode ser visto como uma maneira de disciplinar a sociedade através da cidade com o uso do biopoder.

Disciplina e comportamento são claros nos parágrafos sobre a lei social que atestavam que construções edificadas por sociedades de habitação poderiam incluir lojas comerciais desde que nelas não fossem vendidas bebidas alcoólicas. Um tipo específico de relação entre corpos também pode ser encontrado nos parágrafos que determinavam que habitações financiadas por empréstimos do governo poderiam apenas ser ocupadas pelo beneficiário e sua família, com a proibição de inquilinos. Com efeito, o biopoder pode ser igualmente detectado na proposta de que famílias operárias com três filhos deveriam ter o aluguel reduzido, indicativo de que a família de cinco corpos ocupou um papel especial na lei de Agache. Esse

tipo de família teve direitos preferenciais para adquirir habitação sob os benefícios da legislação; e a família poderia ser disciplinada através da propriedade da casa, o que transformaria seus integrantes em defensores da ordem estabelecida.

Esse ponto é confirmado pelo fato de que empréstimos para indivíduos eram condicionados à garantia de que a habitação seria para a família. Disciplina e ordem eram características de outros aspectos do plano, como a crença de que a criminalidade e a insatisfação poderiam ser reduzidas pela criação de associações como as agências públicas para habitações baratas francesas voltadas à criação de cidades-jardins. Também se pode arguir que Agache definiu uma relação específica entre corpos quando decidiu que certa porcentagem de habitações teria uma quantidade específica de dormitórios (3% das casas com um dormitório, 10% com dois, 20% com três, 40% com quatro, 18% com cinco e 9% com seis), o que sugere uma quantidade de corpos utilizando o mesmo espaço.

No caso de Le Corbusier, ainda que ele tenha escrito muito pouco sobre seu plano, deixando quase apenas desenhos, este pode ser igualmente visto como uma vontade de pôr ordem no Rio de Janeiro e em São Paulo. A proposta de uma cidade de esportes na Lagoa Rodrigo de Freitas pressupunha uma localização para corpos em forma. Em meio a edifícios-rodovias, os quais teriam 45 km de extensão em São Paulo, com 100 m de altura e 100 m de largura em seus 6 km no Rio, corpos seriam deslocados para cima e para abaixo da cidade até alcançarem a rodovia, a qual iria abrigar um tráfego mais direto e organizado, uma vez mais o sinal de uma sociedade disciplinada pela cidade. Apesar de sua simpatia pelas favelas e sua população, as quais provavelmente teriam de ser removidas ao menos parcialmente para as habitações-células de seu proposto muro residencial, implicando de novo restrições específicas sobre os corpos dos que nelas habitavam, Le Corbusier definiu a rua como uma máquina para a circulação, uma peça de equipamento circulatório, isso sendo de ajuda para uma cidade ordenada que iria formatar uma sociedade disciplinada.

Um final foucaultiano: considerações conclusivas

De acordo com Foucault, não há verdade em nenhum discurso. Há *efeitos de verdade* produzidos nos discursos que não são nem verdadeiros nem falsos (Foucault, 1979, 1991 [1968]). No caso do urbanismo, os efeitos de poder poderiam ser a criação de instituições como as comissões de planos de cidades ou os conselhos encarregados do urbanismo e do controle do crescimento urbano dentro do aparelho de estado. Comparando as mudanças ocorridas desde o discurso do movimento higienista no século XIX até o discurso do urbanismo no começo do século XIX, supondo que uma continuidade entre eles existe, uma pessoa se dá conta de que um novo regime de discurso e saber apareceu. Mesmo considerando apenas

o discurso do urbanismo, mudanças se efetivaram desde o fim do século XIX até os anos 1910, para o caso dos Estados Unidos, e os anos 1920 para o caso latino-americano. Em poucos anos, a ideia do urbanismo passou de intervenções isoladas em partes específicas do território urbano para a planificação da cidade inteira, como controle do crescimento urbano. Em lugar de reparar o que havia sido feito de modo inapropriado, apareceu a ideia de criar regras para forçar as coisas a ocorrerem de maneira predefinida. Portanto, em certos momentos, a modificação da forma global de um discurso acontece.

Foucault criticou algumas interpretações tradicionais do poder, fosse porque estavam centradas na questão da soberania ou em aspectos jurídicos, fosse porque foram analisadas do ponto de vista marxista no que diz respeito ao aparelho de estado. O problema de exercer o poder em termos concretos – em seus detalhes, com suas especificidades, técnicas e táticas – não foi considerado em explicações prévias. Foi com base nessa consideração que Foucault desenvolveu seu conceito de biopoder. Outra questão discutida por ele, e aplicável ao urbanismo, é o chamado poder disciplinar. Para Foucault, a higiene social no século XIX autorizou os médicos a tomarem decisões sobre saúde pública, o que acarretou certa disciplina- rização da população, induzindo-a a comportar-se de determinada maneira em detrimento de outra em instalações de limpeza, cocção e banhos. O urbanismo, quando implementado, pode também ser visto como um poder disciplinar; organizar a cidade induz comportamentos, não determinando as coisas, mas as influenciando. Decidir onde e como abrir rodovias e avenidas, a que partes de uma cidade serão dados certos usos, zoneamento – tudo isso são decisões que afetam os corpos humanos, limitando e definindo através de caminhos, deslocamentos e movimentos.

Eu sustentei durante todo este artigo que o urbanismo foi uma tentativa de disciplinar a sociedade através da cidade e que alguns de seus aspectos, quando implementados, afetam infinitesimalmente a liberdade dos corpos humanos. É interessante notar que alguns urbanistas estavam conscientes desse aspecto. Anhaia Mello, por exemplo, na conclusão de um artigo sobre habitação e urbanismo, teve a inspiração de citar Winston Churchill, que, em uma frase, sugeriu que ele tinha pensado em algumas das ideias que discuti neste artigo, ainda que de maneira bastante exagerada: “We shape our buildings and afterwards our buildings shape us” (“Nós formatamos os edifícios e depois os edifícios nos formatam”) (Mello, 1945).

Referências

AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*. Tradução: Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1929.

- BARBOSA, J. S. de C. *et al.* Congresso de Engenharia e Indústria: Saneamento e embelesamento da Capital Federal. *Revista do Club de Engenharia* 4S, 3, p. 121-211, 1901.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical, as transformações urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- _____. *Pereira Passos: um Haussmann tropical, a renovação urbana da Cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: PCRJ, 1992.
- BOUVARD, J. A. O relatório do sr. Bouvard. *Revista de Engenharia*, 1, p. 42-43, 1911.
- BOYER, M. C. *Dreaming the Rational City: The Myth of American City Planning*. London: The MITP, 1983.
- CAVALCANTI, R. R. *Grandjean de Montigny, Le Corbusier, Oscar Niemeyer: Le chemin vers une architecture brésilienne. Les influences de la culture française dans l'architecture au Brésil*. 1989. Tese (Doutorado) – Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, 1989, 4v.
- FICHER, S. *Ensino e profissão: O curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. 1989. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, 2v.
- FOUCAULT, M. Politics and the Study of Discourse. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.). *The Foucault Effect*. Harvester: Wheatsheaf, 1991 [1968].
- _____. *L'Archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Naissance de la clinique*. Paris: Gallimard, 1972.
- _____. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. O olho do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, V. da S. Melhoramentos de São Paulo. *Revista Polytechnica*, 33, p. 91-145, 1911.
- _____. A cidade salubre. *Revista Polytechnica*, 8, p. 319-354, 1914.
- _____. A planta de Bello Horizonte: A propósito da 'cidade salubre'. *Revista Polytechnica*, 9, p. 159-174 (1916).
- _____. Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações: alturas e espaço, um capítulo de urbanismo e de economia nacional. *Boletim do Instituto de Engenharia*, 1, p. 229-355, 1918.
- _____. A expansão da capital paulista e o seu programa de urbanização. *Revista Brasileira de Engenharia*, 6, p. 142-148, 1923.
- _____. Urbanismo. *Engenharia*, 1, p. 76-80, 1942.

- GUARALDO, E. *São Paulo, paisagem e paisagismo na Primeira República*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- HARVEY, D. *Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination*. *Annals of the Association of American Geographers*, 80, p. 418-434, 1990.
- MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. *Da(n)ação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAIA, F. P. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.
- _____. Os melhoramentos de Recife: Notas de viagem. *Revista Polytechnica*, 110, p. 127-134, 1933; 111, p. 273-288, 1934; 113, p. 79-84, 1935; 115, p. 227-234, 1935; 119, p. 52-56, 1935; 122, p. 155-161, 1936a.
- _____. O zoneamento urbano. *Sociedade Amigos da Cidade*, São Paulo, n. 1, 1936b.
- _____. A remodelação de São Paulo. *Revista do Club de Engenharia* 2F, 7, p. 3-16, 1941.
- _____. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1945.
- MARTINS, L. D. Curso de Administração Municipal e Urbanismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, 1., 1941, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Urbanismo do Centro Carioca, 1941. p. 321-325.
- MELLO, L. de A. O problema psicologico: Bases de uma campanha prática e eficiente em prol de São Paulo maior e melhor. Palestra realizada no Rotary Club de São Paulo em 21 de setembro de 1928. In: MELLO, L. de A. *Problemas de urbanismo: Bases para a resolução do problema tecnico*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1929a. p. 11-26.
- _____. Os parques estaduais americanos. *Ilustração Brasileira*, 109, 1929b.
- _____. *Problemas de urbanismo: Bases para a resolução do problema tecnico*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1929c. p. 27-45.
- _____. Urbanismo: O recreio activo e organizado das cidades modernas. *Boletim do Instituto de Engenharia*, 10, p. 145-161, 1929d.
- MELLO, L. de A. Habitação e urbanismo. *Engenharia*, 4, p. 2-3, 1945.
- _____. A cidade jardim. *Digesto Econômico*, 9, p. 27-30, 1947.
- OUTTES, J. *Disciplining Society through the City? The Birth of Urbanism (City Planning) in Brazil (1916-1941)*. 2000. DPhil Thesis – School of Geography and Environment & Oriel College, Oxford, 2000.
- PEREIRA, M. da S. *L'Ephémère et la perennité: Rio de Janeiro, la ville au XIX^e siècle*. 1988. Tese (Doutorado) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1988, 2v.
- PERLMAN, J. E. *The Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- PINO, J. C. *Family and Favela: The Reproduction of Poverty in Rio de Janeiro (1940-1980)*. Westport: Greenwood Press, 1998.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Lei n. 1.874, de 12 de maio de 1915. Divide o município em quatro perímetros e da outras providencias. *Diário Oficial da Prefeitura de São Paulo*: São Paulo, 12 maio 1915.

RIBEIRO, L. As condições actuaes desta Capital e a actuação em seu progresso da Associação dos Amigos da Cidade. *Notícias Rotárias*, 3, p. 5-7, 1927.

SEGAWA, H. Bouvard em São Paulo, 1911. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 1994. São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, 1994.

WRIGHT, G. Tradition in the service of modernity: Architecture and Urbanism in French colonial police, 1900-1930. *Journal of Modern History*, 59, p. 291-316, 1987.

Joel Outtes

Joel Outtes tem doutorado em Geografia pela University of Oxford. É arquiteto e urbanista e escreve sobre história. É professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo experiência em planejamento urbano, geografia, desenho urbano, história e arquitetura. Ensinou em universidades dos Estados Unidos (DePaul, Rowan, Eastern Illinois), do Reino Unido (Institute of Latin American Studies, Institute of Advanced Studies, University of London; Open University) e do Brasil. Estudou arquitetura e urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco (1986), com mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional na mesma instituição (1991). Tem Diplôme d'Études Approfondies (Diploma de Estudos Avançados) em Territórios Urbanos pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, 1993) e DPhil (doutorado) em Geografia Humana pela University of Oxford (2000) sob a orientação de David Harvey e Colin Clarke. Sua produção intelectual versa sobre questões histórico-geográficas, como o urbanismo, a habitação e a Internacional Urbana, um estudo comparativo de instituições urbanas internacionais. Seu trabalho acadêmico recebeu várias premiações, entre elas o prêmio Nelson Chaves da Fundação Joaquim Nabuco do Ministério da Cultura na categoria de História, o prêmio Harold Blakemore da Sociedade Britânica de Estudos Latino-americanos, o prêmio de Geografia Cultural da Associação Americana de Geógrafos e o prêmio da seção Brasil da Associação de Estudos Latino-americanos (LASA) dos Estados Unidos. Foi ainda editor convidado da revista italiana *Storia Urbana*. Seus interesses incluem história urbana, geografia, sustentabilidade e o ensino de Geografia, Urbanismo e Arquitetura.

Email: joel.outtes@ufrgs.br; j.outtes-wanderley@oriel.oxon.org

ORCID: 0000-0002-2828-8259

Submissão: 2 de fevereiro de 2025.

Aprovação: 31 de maio de 2025.

Editores: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: OUTTES, J. Sobre Foucault e o urbanismo brasileiro: Uma genealogia do planejamento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo (c. 1850-1945). *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 26, E202556, 2025. <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202556>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY)

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>